

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
ESTATUTO JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS (LEI 13.303/2016).....	13
<b>A Lei 13.303/2016, a criação das empresas estatais e a participação minoritária em empresas privadas – MARÇAL JUSTEN FILHO .....</b>	<b>39</b>
1. A disciplina consagrada na Lei das Estatais .....	39
2. A explicitação de regras constitucionais .....	39
2.1 A ausência de hierarquia normativa superior.....	39
2.2 Os limites constitucionais insuperáveis.....	40
2.3 A relevância normativa do dispositivo.....	40
3. A dupla dimensão normativa do art. 2.º da Lei das Estatais .....	40
3.1 A dimensão positiva.....	40
3.2 A dimensão negativa.....	40
4. Ainda a dimensão normativa negativa: as proibições.....	41
4.1 As exigências do art. 173 da CF/1988 .....	41
4.2 A vedação à exploração de atividade econômica sob forma de direito público.....	41
4.2.1 A vedação à exploração econômica por parte da Administração direta .....	41
4.2.2 A vedação à exploração econômica por meio de entidades autárquicas .....	42
4.2.3 Autarquias e figuras assemelhadas .....	42
4.3 A vedação a pessoas jurídicas privadas sob forma não societária.....	43
4.4 A vedação a formas societárias não empresariais .....	43
5. Os instrumentos formais para exploração de atividade econômica .....	44
5.1 As diversas formas societárias empresariais .....	44

5.2	As sociedades contratuais e as sociedades institucionais .....	44
5.3	A utilização das sociedades institucionais pelo Estado .....	45
5.3.1	As alternativas admitidas.....	45
5.3.2	A definição formal dos arts. 3.º e 4.º da Lei 13.303/2016.....	45
6.	A disciplina constitucional da exploração da atividade econômica pelo Estado.....	45
7.	A autorização legislativa específica (art. 2.º, § 1.º).....	45
7.1	A regra do art. 37, inc. XIX, da CF/1988 .....	46
7.2	A regra do art. 173, <i>caput</i> , da CF/1988.....	46
7.3	A conjugação das disposições no art. 2.º da Lei das Estatais.....	46
7.3.1	A vedação à autorização limitada à criação da empresa estatal..	46
7.3.2	Ainda o relevante interesse coletivo ou a exigência de segurança nacional .....	47
7.4	A autorização para atuação nas hipóteses previstas na própria Constituição.....	48
7.5	A atuação estatal não subordinada ao art. 173 da CF/1988.....	48
7.6	A questão da autorização legislativa prévia .....	49
7.7	A questão da enunciação clara do fundamento .....	49
8.	A questão das subsidiárias (art. 2.º, § 2.º).....	50
8.1	A terminologia da Constituição.....	50
8.2	A ausência de definição legal para “subsidiária” .....	50
8.3	A referência específica no art. 24, inc. XXIII, da Lei 8.666/1993 .....	50
8.4	A orientação constitucional.....	51
8.5	A subsidiária no art. 2.º, § 2.º, da Lei 13.303/2016 .....	51
8.6	A submissão a regime jurídico equivalente .....	51
8.7	Ainda a exigência da autorização legislativa.....	52
8.8	Ainda o relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional .....	52
8.9	A autonomia existencial da subsidiária .....	53
9.	As empresas privadas com participação estatal minoritária .....	53
9.1	Empresa privada e não incidência das regras de direito público.....	54
9.2	A pertinência do objeto .....	54
9.3	O precedente do TCU.....	55
9.4	As regras de controle .....	55
10.	Outras hipóteses de participação societária em empresa privada (art. 2.º, § 3.º).....	55
10.1	O conteúdo da regra .....	55
10.1.1	Ainda a questão da autorização legislativa .....	56

10.1.2 A eventual ausência de configuração de um investimento....	56
10.1.3 A questão da compatibilidade com o objeto social da investidora.....	56
10.2. As hipóteses previstas.....	56
10.2.1 Operações em tesouraria .....	56
10.2.2 Adjudicação de ações em garantia.....	57
10.2.3 Participações em linha com plano de negócios.....	57
11. Referências bibliográficas.....	57
<b>Lei das Estatais: espectro de incidência e regras de governança – PAULO OSTERNACK AMARAL .....</b>	
1. Introdução.....	59
2. Espectro de incidência.....	60
2.1. Incidência sobre as empresas estatais de todas as esferas da Federação...	60
2.2. As empresas estatais que integram consórcio e as controladoras de Sociedade de Propósito Específico.....	64
2.3. Empresa pública dependente exploradora de atividade econômica..	64
2.4. Receita operacional bruta como critério excludente .....	65
3. Regras de governança .....	65
3.1. Definição.....	65
3.2. Governança corporativa no Brasil .....	66
3.3. Cumprimento das regras de governança pelas empresas estatais.....	67
3.4. Práticas de governança e controle pela empresa estatal sem controle acionário .....	68
4. Conclusão.....	69
5. Referências .....	69
<b>A participação de empresas estatais no capital de empresas privadas que não integram a Administração Pública – RAFAEL WALLBACH SCHWIND.....</b>	
1. Introdução.....	71
2. O fundamento constitucional da participação estatal em empresas que não integram a Administração Pública .....	72
3. As finalidades buscadas com a participação estatal em empresas privadas.	72
3.1 Fomento .....	73
3.2 Desenvolvimento mais eficiente de uma atividade econômica.....	73
3.3 Desempenho de serviços públicos e outras atividades que dependem de um contrato de concessão com o poder público .....	74
4. A identificação de uma “técnica acionária” do Estado.....	74
5. Recentes alterações legislativas e a edição da Lei 13.303/2016.....	75

6.	Caracterização das empresas privadas com participação estatal .....	79
6.1	Possibilidade de perdas: a assunção de riscos atinentes ao empreendimento.....	79
6.2	A questão da responsabilização pela decisão tomada .....	79
6.3	A questão da composição do capital e a preponderância no controle societário .....	80
6.4	Um passo adiante no sentido da despublicização da atuação empresarial do Estado.....	82
7.	A juridicidade da participação estatal no capital de empresas privadas que não integram a Administração Pública.....	83
8.	As previsões do artigo 1.º, § 7.º, da Lei 13.303/2016.....	86
8.1	A abrangência do dispositivo.....	86
8.2	A lógica do dispositivo .....	87
8.3	Proporcionalidade das práticas de governança e controle com cada situação concreta .....	87
8.4	Ainda a questão dos riscos das atividades econômicas.....	88
8.5	A questão da responsabilidade por não adotar as cautelas necessárias...	88
8.6	Os mecanismos concretos.....	88
8.6.1	Documentos estratégicos do negócio .....	88
8.6.2	Relatório orçamentário .....	89
8.6.3	Política de transações com partes relacionadas.....	89
8.6.4	Condições de alavancagem financeira da sociedade.....	89
8.6.5	Avaliação de inversões financeiras e de alienação de bens....	90
8.6.6	Análise de risco na contratação de obras, fornecimento de bens e serviços.....	90
8.6.7	Informe sobre execução de projetos.....	90
8.6.8	Relatório de cumprimento de condicionantes socioambientais .....	90
8.6.9	Avaliação de novos aportes.....	91
8.6.10	Outros relatórios.....	91
9.	Conclusões .....	91
10.	Referências bibliográficas .....	92
 <b>Governança corporativa, transparência e <i>compliance</i> nas empresas estatais: o regime instituído pela Lei 13.303/2016 – ANDRÉ GUSKOW CARDOSO.....</b>		 95
1.	Considerações iniciais.....	95
2.	Abrangência e incidência das regras estabelecidas pela Lei 13.303/2016 ...	97
3.	As normas gerais atinentes ao regime societário das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	98

3.1	A estipulação de normas gerais de governança corporativa, transparência e <i>compliance</i> .....	98
3.2	Os diferentes aspectos tratados pela Lei 13.303/2016.....	98
3.3	A confirmação da aplicação da legislação das sociedades anônimas e das normas da Comissão de Valores Mobiliários.....	99
3.3.1	Aplicação da Lei das S.A. às sociedades de economia mista..	99
3.3.2	A abrangência da regra: sociedades de economia mista .....	99
3.3.3	Potenciais conflitos.....	99
3.3.4	Aplicação ampla das normas da Lei 6.404/1976 sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras.....	100
4.	As exigências de transparência.....	100
4.1	Elaboração de carta anual subscrita pelos Membros do Conselho de Administração (art. 8.º, inc. I).....	101
4.1.1	O estabelecimento de vínculo formal e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração .....	102
4.1.2	O conteúdo da carta .....	102
4.1.3	A periodicidade anual e sua relevância.....	102
4.1.4	Grau de informações exigidas: necessidade de definição precisa e objetiva .....	103
4.1.5	O interesse público perseguido pelas empresas estatais.....	103
4.2	Adequação do estatuto social (art. 8.º, inc. II) .....	104
4.3	O regime de divulgação de informações relevantes (art. 8.º, inc. III)...	104
4.4	Elaboração e divulgação da política de divulgação de informações (art. 8.º, inc. IV).....	105
4.5	Política de distribuição de dividendos (art. 8.º, inc. V).....	106
4.6	Divulgação dos dados operacionais e financeiros (art. 8.º, inc. VI) ..	106
4.7	Elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas (art. 8.º, inc. VII) .....	107
4.8	Divulgação de carta anual de governança corporativa (art. 8.º, inc. VIII) .....	109
4.9	Divulgação de relatório integrado ou de sustentabilidade (art. 8º, inc. IX).....	109
4.10	Regras adicionais relacionadas à paridade de atuação com o setor privado.....	110
4.11	A sujeição às regras de divulgação de informações editadas pela Comissão de Valores Mobiliários .....	110
5.	As regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno ( <i>compliance</i> ) .....	111
5.1	A imprescindível referência à Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	111

5.2	Os requisitos mínimos para as regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno .....	112
5.2.1	A forma de atuação dos administradores e empregados (art. 9.º, inc. I).....	112
5.2.2	Definição da área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e gestão de riscos (art. 9.º, inc. II).....	112
5.2.3	Instituição de auditoria interna e Comitê de Auditoria Estatutário (art. 9.º, inc. III) .....	113
5.3	O código de conduta e integridade (art. 9.º, § 1.º).....	114
5.3.1	Definição de princípios, valores e missão da empresa estatal e orientações para prevenção de conflitos de interesses e vedação a atos de corrupção e fraude (inc. I) .....	115
5.3.2	Definição dos responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade (inc. II).....	115
5.3.3	Canal de denúncias (inc. III).....	115
5.3.4	Mecanismos de proteção aos denunciantes (inc. IV) .....	116
5.3.5	Estipulação de sanções (inc. V).....	116
5.3.6	Treinamento periódico (inc. VI).....	117
5.3.7	Dever de constante atualização do Código e remissão às boas práticas .....	117
5.3.8	Previsão de vedação à divulgação de informações estratégicas ...	118
5.4	Aplicabilidade da política de integridade às transações com partes interessadas nas licitações e contratos.....	118
5.5	Comitê estatutário de verificação de conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal .....	118
6.	Considerações finais.....	119

#### O exercício do poder de controle nas empresas estatais – ALEXANDRE WAGNER

NESTER.....	121
1. Introdução .....	121
2. Empresa estatal.....	122
2.1 Regime jurídico anômalo.....	123
2.2 Espécies .....	124
3. Poder de controle .....	126
3.1 O significado do termo controle.....	126
3.2 O poder de controle nas sociedades anônimas.....	127
3.3 O poder de controle como um direito-função.....	129
3.4 O poder de controle nas empresas estatais.....	130
3.5 A flexibilização do poder de controle das sociedades de economia mista .....	132
4. O que diz a Lei 13.303/2016 sobre o acionista controlador.....	134

4.1	Atribuições inerentes ao acionista controlador (art. 14).....	134
4.2	Responsabilidade do acionista controlador por abuso de poder (art. 15).....	135
5.	Conclusão.....	138
6.	Bibliografia.....	138
<b>Os administradores das empresas estatais – FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA.....</b>		<b>141</b>
1.	Introdução.....	141
2.	O regime da Lei das Sociedades Anônimas sobre os administradores.....	142
2.1	Conselho de Administração e Diretoria.....	142
2.2	Competências.....	143
2.3	Composição.....	143
2.4	Eleição dos membros.....	144
2.5	Deveres dos administradores.....	144
2.6	Responsabilidade pessoal.....	145
2.7	Ação de responsabilização.....	146
3.	A disciplina da Lei das Empresas Estatais sobre os administradores.....	147
3.1	Categorias de “empresa estatal”.....	147
3.2	Regência supletiva sobre direito societário.....	149
3.3	Equiparação de conselheiro a administrador.....	149
4.	Os requisitos de escolha do administrador de empresa estatal.....	150
4.1	Reputação ilibada.....	150
4.1.1	Reputação objetiva e subjetiva.....	150
4.1.2	Ilibação formal e material.....	150
4.2	Notório conhecimento.....	151
4.2.1	Detenção de conhecimento.....	151
4.2.2	Notoriedade do fato.....	151
4.2.3	Aperfeiçoamento permanente.....	152
4.3	Seguro de responsabilidade.....	152
5.	A qualificação do administrador sem vínculo de emprego.....	152
5.1	Critérios alternativos.....	153
5.1.1	Experiência setorial.....	153
5.1.2	Cargo exercitado.....	154
5.1.2.1	Direção ou chefia.....	154
5.1.2.2	Comissionado ou de confiança.....	155
5.1.2.3	Docência ou pesquisa.....	156
5.1.3	Profissão liberal.....	156
5.2	Critérios cumulativos.....	156
5.2.1	Experiência profissional.....	157
5.2.2	Formação acadêmica.....	157
5.2.3	Elegibilidade geral.....	157

6.	A qualificação do administrador com vínculo de emprego.....	158
6.1	Membro de comitê estatutário.....	159
6.2.	Experiência interna.....	160
6.2.1	Ingresso por concurso público.....	161
6.2.2	Tempo de serviço.....	161
6.2.3	Exercício proficiente de gestão superior.....	162
6.3	Perseverança dos requisitos acadêmico e eleitoral.....	162
7.	Os sujeitos impedidos de administrar empresa estatal.....	162
7.1	Agentes públicos.....	163
7.1.1	Agentes reguladores.....	163
7.1.2	Agentes políticos.....	164
7.2	Agentes privados.....	164
7.2.1	Agentes partidários.....	164
7.2.2	Agentes sindicais.....	164
7.2.3	Partes contratantes.....	165
7.3	Titulares de interesses conflitantes.....	165
7.4	Prevenção do nepotismo e da simulação.....	166
8.	Conclusão.....	167
9.	Referências bibliográficas.....	167

**O conselho de administração nas empresas estatais – FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA e FERNANDA CAROLINE MAIA.....**

		171
1.	Introdução.....	171
2.	O Conselho de Administração na Lei das Empresas Estatais.....	172
3.	A competência adicional.....	173
3.1	Governança corporativa.....	174
3.2	Gestão de riscos.....	174
3.3	Coerência de informações.....	175
3.4	Avaliação dos diretores.....	175
4.	A composição qualificada.....	176
4.1	Participação dos empregados.....	177
4.2	Participação dos acionistas minoritários.....	177
4.3	Participação de administradores públicos.....	178
5.	O veto ao art. 21 e parágrafo único da Lei das Empresas Estatais.....	179
5.1	A responsabilidade dos membros do Conselho de Administração....	180
5.2	O regime jurídico do art. 173, § 1.º, II, da Constituição Federal.....	180
5.3	A previsão do art. 158 da Lei das Sociedades Anônimas.....	180

6. Conclusão.....	181
7. Referências bibliográficas.....	182

**O membro independente do conselho de administração – RUBENS SAMUEL BENZECRY**

NETO .....	185
1. Considerações iniciais .....	185
2. Definição .....	186
2.1 <i>United States Securities Exchange Comission – SEC</i> .....	186
2.2 NYSE Euronext.....	188
2.3 BM&FBOVESPA.....	189
2.4 Comissão de Valores Mobiliários (CVM) .....	190
2.5 Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC .....	191
3. Critérios de escolha do Conselheiro Independente .....	193
4. Responsabilidades, deveres e atribuições .....	195
5. Conclusão.....	196
6. Referências bibliográficas.....	196

**A diretoria nas empresas estatais – MARINA KUKIELA.....**

1. Introdução .....	199
2. Panorama legislativo anterior ao advento da Lei 13.303/2016 .....	200
2.1 O Dec.-lei 200/1967.....	201
2.2 Outros diplomas legais: Lei 8.666/1993, Lei 6.404/1976 e as leis autorizativas .....	202
2.3 Breve síntese: um cenário lacunoso e instável.....	203
3. A Diretoria.....	203
3.1 Funcionamento da Diretoria .....	204
3.2 Nomeação dos diretores .....	205
3.3 Deveres dos diretores.....	205
3.4 O caso específico das sociedades de economia mista: administradores como agentes públicos.....	207
3.4.1 Decorrência do princípio da legalidade: o regime da atividade vinculada .....	207
3.4.2 Responsabilidade dos agentes públicos.....	208
4. A Diretoria na Lei 13.303/2016.....	209
4.1 Preliminarmente: breves notas sobre a composição da Diretoria .....	209
4.2. As obrigações dos diretores .....	210
4.2.1 Obrigações relacionadas ao compromisso com metas e resultados .....	211
4.2.2 Obrigação de informar o processo decisório .....	213

4.3	A Diretoria sob fiscalização do Conselho de Administração.....	213
5.	Considerações finais.....	214
6.	Referências bibliográficas.....	215
<b>Instrumentos para gestão e controle das empresas estatais: plano de negócios e estratégia de longo prazo – GUILHERME F. DIAS REISDORFER.....</b>		<b>217</b>
1.	Introdução.....	217
2.	O Estado e a lógica jurídica do planejamento.....	217
3.	Planejamento e empresas estatais.....	219
3.1	O plano de negócios e a estratégia de longo prazo.....	219
3.2	Os limites da disciplina da Lei 13.303/2016.....	220
3.3	A dinâmica e o desenvolvimento do planejamento ao longo do tempo.....	221
3.4	O planejamento para além da atividade-fim: as licitações e os contratos das empresas estatais como exemplo.....	223
4.	O controle da atuação das empresas estatais a partir do planejamento.....	224
4.1	A disciplina de avaliação dos diretores à luz do planejamento: das obrigações de meio às obrigações de fim.....	225
4.2	O controle interno e o papel do conselho de administração.....	226
4.3	A perspectiva do controle externo.....	226
5.	Conclusão.....	228
6.	Referências bibliográficas.....	229
<b>Auditoria nas empresas estatais e o comitê de auditoria estatutário – ISABELLA MOREIRA DE ANDRADE VOSGERAU.....</b>		<b>231</b>
1.	Introdução.....	231
2.	Previsões de controle que não se confundem.....	231
3.	Auditoria interna.....	232
4.	Comitê de Auditoria Estatutário.....	234
4.1	Parâmetros anteriores à Lei 13.303/2016.....	234
4.1.1	As diretrizes do IBCG.....	234
4.1.2	As diretrizes da OCDE.....	234
4.1.3	O entendimento do TCU.....	234
4.3	Consolidação legislativa.....	235
4.4.	Vinculação ao Conselho de Administração.....	235
4.5.	Competência.....	236
4.6.	Meios para recebimento de denúncias.....	237
4.7.	Reuniões e divulgação das respectivas atas.....	237

4.8. Autonomia operacional .....	238
4.9. Composição do Comitê .....	238
5. Conclusão.....	239
6. Referências bibliográficas.....	240
<b>O conselho fiscal nas empresas estatais, de acordo com a Lei 13.303/2016 –</b> <b>BRUNO GRESSLER WONTROBA .....</b>	<b>241</b>
1. Introdução .....	241
2. O funcionamento do conselho fiscal nas empresas estatais .....	242
3. A composição do conselho fiscal nas empresas estatais.....	244
3.1 As regras de composição do Conselho Fiscal.....	245
3.2 A composição do Conselho Fiscal em empresa estatal unipessoal....	247
3.3 A composição do Conselho Fiscal em empresa estatal com acionistas minoritários e sem acionistas preferenciais ou sem acionistas mino- ritários e com acionistas preferenciais.....	247
3.4 A composição do Conselho Fiscal em empresa estatal pluripessoal com acionistas preferenciais.....	247
3.5 O servidor público com vínculo permanente indicado pelo ente con- trolador .....	248
4. Requisitos, impedimentos e remuneração dos membros do conselho Fiscal...	249
4.1 Os requisitos.....	249
4.2 Os impedimentos.....	251
4.3 A remuneração.....	253
5. Competência do conselho fiscal.....	253
5.1 O exercício individual de algumas atribuições do Conselho Fiscal...	253
5.2 Competência fiscalizatória.....	255
5.3 Competência opinativa.....	257
5.4 Competência informativa .....	258
5.5 A indelegabilidade das competências do Conselho Fiscal e do conse- lheiro fiscal .....	259
6. Deveres e responsabilidades dos membros do conselho fiscal.....	259
7. Conclusão.....	261
8. Referências bibliográficas.....	262
<b>Função social das empresas estatais – MAYARA GASPAROTO TONIN.....</b>	<b>265</b>
1. Introdução .....	265
2. A funcionalização dos institutos jurídicos .....	266
2.1 Contextualização: da estrutura à função .....	267

2.2	A função social da atividade empresarial.....	270
2.3	A função social das empresas estatais.....	274
3.	A Lei 13.303/2016 e a positivação da função social das empresas estatais....	276
3.1	A edição do estatuto jurídico das empresas estatais.....	276
3.2	Os limites e as orientações do exercício da função social pelas em- presas estatais .....	278
4.	Considerações finais.....	280
5.	Referências bibliográficas.....	281
<b>A contratação sem licitação nas empresas estatais – MARÇAL JUSTEN FILHO.....</b>		<b>283</b>
1.	Ainda as regras dos arts. 22, XXVII, e 37, XXI, da CF/1988 .....	283
1.1	As regras constitucionais pertinentes .....	283
1.2	A evolução da redação constitucional e a conjugação dos dispositivos....	284
1.3	A disciplina do art. 173, § 1.º, inc. III, da CF/1988.....	284
1.4	O conteúdo normativo distinto .....	285
1.5	A diferenciação constitucional impositiva.....	285
2.	A necessidade inafastável de tratamento diferenciado .....	285
2.1	O exercício de atividade empresarial.....	285
2.2	O surgimento de soluções concretas sem apoio em lei .....	286
3.	As empresas estatais e a adequação do conceito de “licitação” .....	286
3.1	O conceito de “vantajosidade” em operações num mercado compe- titivo .....	286
3.1.1	A vantajosidade nas contratações administrativas propria- mente ditas .....	286
3.1.2	A vantajosidade na atividade econômica.....	287
3.2	A lógica diversa e seus reflexos sobre o procedimento de contratação ...	287
3.3	A ausência de rigorismo formal e a flexibilidade empresarial .....	287
4.	A Lei 13.303/2016 .....	287
4.1	A influência da Lei 8.666/1993 e da jurisprudência do TCU .....	288
4.2	A ausência de aplicação subsidiária da Lei 8.666 .....	288
5.	A simplificação dos procedimentos de contratação e os mecanismos de controle .....	288
5.1	A institucionalização de controles internos.....	289
5.1.1	A exigência absoluta de atuação eficiente .....	289
5.1.2	A fixação de metas a serem atingidas .....	289
5.1.3	A escolha de administradores por critérios de mérito.....	289
5.1.4	A existência de instituições internas de acompanhamento....	289

5.1.5	A existência de mecanismos de denúncia de práticas indevidas .....	289
5.1.6	O dever de opor-se ao abuso do poder de controle .....	290
5.1.7	O estabelecimento de procedimentos incompatíveis com práticas abusivas.....	290
5.1.8	A punição pela ausência de atingimento das metas .....	290
5.2	A evolução das normas sobre procedimentos de contratação .....	290
6.	A aplicação às empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	291
7.	Contratos com terceiros .....	291
7.1	Relações jurídicas obrigacionais não contratuais .....	291
7.2	Contratos multilaterais (organizacionais) .....	292
8.	O elenco exemplificativo do art. 28, <i>caput</i> .....	292
8.1	Prestação de serviços .....	292
8.1.1	O serviço como resultado do esforço humano .....	292
8.1.2	O serviço envolvendo insumos .....	292
8.1.3	O serviço prestado por meio de pessoa jurídica.....	292
8.1.4	A hipótese de serviços absolutamente automatizados.....	293
8.2	Serviços de engenharia .....	293
8.3	Os serviços de publicidade .....	293
8.4	Aquisição e locação de bens .....	293
8.5	Alienação de bens e ativos .....	294
8.6	Execução de obras .....	294
8.7	Implementação de ônus real.....	294
9.	A aplicação das preferências da LC 123/2006.....	294
9.1	As preferências da LC 123/2006.....	295
9.2	A natureza não complementar das regras referidas .....	295
9.3	A imposição compulsória da elevação de custos .....	295
9.4	A transferência dos custos para os preços das empresas estatais.....	296
9.5	A transferência do encargo para o consumidor .....	296
9.6	A violação à economicidade própria das empresas estatais.....	296
9.7	A violação aos direitos do consumidor.....	297
10.	Convênios e contratos de patrocínio.....	297
10.1	A aplicação da Lei federal 13.019/2014.....	297
10.2	A usual inviabilidade de competição.....	297
10.3	A observância da isonomia .....	297
11.	As hipóteses de contratação sem licitação.....	297
11.1	Ainda a não incidência do art. 37, XXI, da CF/1988.....	298

11.2	A incorporação e a ampliação do modelo clássico da contratação sem licitação .....	298
11.2.1	Dispensa e inexigibilidade de licitação.....	298
11.2.2	Inaplicabilidade de licitação .....	298
11.2.3	A distinção conceitual sobre as três figuras.....	298
11.2.4	A distinção normativa entre as figuras .....	299
12.	A inaplicabilidade de licitação (art. 28, §§ 3.º e 4.º).....	300
12.1	A exploração do objeto social.....	300
12.1.1	O afastamento da problemática figura da “atividade-fim”.....	300
12.1.2	A contratação relacionada ao objeto social.....	301
12.1.3	A contratação especificamente relacionada ao objeto social ..	301
12.1.4	Comercialização, prestação ou execução.....	301
12.1.5	A atuação no mercado e a vantajosidade das operações.....	301
12.1.6	O controle da regularidade da atuação.....	302
12.1.7	A possibilidade de contratação direta.....	302
12.2	A seleção de parceiros em relações de cooperação .....	302
12.2.1	A conjugação de esforços com outros agentes privados.....	302
12.2.2	A associação de recursos e de capacitações .....	302
12.2.3	O amplo espectro das oportunidades de negócio (§ 4.º).....	302
12.2.4	As parcerias.....	303
12.2.5	As outras formas associativas, societárias ou contratuais.....	303
12.2.6	A aquisição e alienação de participações .....	303
12.2.7	Os investimentos no mercado de capitais.....	304
12.2.8	O requisito comum inafastável: as características particulares ...	304
12.2.9	A necessidade da avaliação segundo critérios subjetivos .....	304
12.2.10	A indiferença das circunstâncias e a aplicabilidade da licitação....	304
12.2.11	Ainda a questão das sociedades institucionais .....	304
12.2.12	A proximidade com o conceito amplo de inviabilidade de competição.....	305
13.	A dispensa de licitação (art. 29).....	306
13.1	A relação entre a Lei 13.303/2016 e a Lei 8.666/1993.....	306
13.1.1	As hipóteses de dispensa não contempladas na Lei 13.303/2016.....	306
13.1.2	As hipóteses de dispensa contempladas nos dois diplomas ..	306
13.2	Ainda a questão da proporcionalidade .....	306
13.3	A questão do valor da contratação.....	307
13.3.1	O problema redacional do dispositivo.....	307

13.3.2	O juízo de custo-benefício econômico .....	307
13.3.3	Os valores adotado na Lei das Estatais .....	307
13.3.4	A possibilidade de revisão dos valores.....	308
13.3.5	O prazo mínimo para revisão .....	308
13.3.6	Ainda a questão do fracionamento indevido .....	309
13.3.7	A obrigatoriedade de somatório para obras e serviços de engenharia .....	309
13.3.8	A obrigatoriedade de somatório para outros serviços e compras .....	309
13.4	A licitação deserta (art. 29, III).....	310
13.5	A licitação frustrada (art. 29, IV).....	310
13.6	A aquisição ou locação de imóveis diferenciados (art. 29, V) .....	310
13.7	A contratação de remanescente de contrato licitado anteriormente (art. 29, VI).....	310
13.7.1	O aproveitamento da licitação originalmente realizada .....	310
13.7.2	As condições contempladas na proposta do licitante vencedor... ..	311
13.7.3	A contratação fundada nas condições ofertadas pelos próprios licitantes .....	311
13.7.4	Incorporação do disposto no art. 40, parágrafo único, da Lei do RDC.....	311
13.8	A contratação visando a finalidades indiretas (art. 29, VII).....	311
13.9	A contratação para assegurar garantia técnica (art. 29, VIII).....	312
13.10	A contratação de prestadores de serviços com função indireta (art. 29, IX).....	312
13.11	A contratação para acesso a serviço público (art. 29, X) .....	312
13.12	A contratação de subsidiária (art. 29, XI) .....	313
13.12.1	A ausência de referência a “subsidiárias e controladas” .....	313
13.12.2	A exigência de pertinência objetiva .....	313
13.13	A contratação relacionada a resíduos sólidos urbanos (art. 29, XII) .....	313
13.14	A contratação de alta complexidade tecnológica e defesa nacional (art. 29, XIII).....	314
13.15	A contratação envolvendo inovação e pesquisa (art. 29, XIV).....	314
13.16	As contratações emergenciais (art. 29, XV).....	314
13.17	As contratações de transferências de bens (art. 29, XVI) .....	314
13.17.1	A não incidência do regime jurídico de direito público.....	315
13.18	As contratações de doação de bens de interesse social (art. 29, XVII).....	315
13.19	As contratações de ações e outros bens (art. 29, XVIII).....	315
14.	A inexigibilidade de licitação .....	316

14.1	A terminologia adotada na Lei 13.303/2016.....	316
14.2	Ainda a questão do conceito de inviabilidade de competição .....	316
14.3	O elenco normativo e seu cunho exemplificativo .....	316
14.4	A distinção de disciplina normativa positiva.....	317
14.5	A ausência de pluralidade de alternativas.....	317
14.5.1	A ausência das exigências impostas na Lei 8.666/1993.....	317
14.5.2	Ainda a natureza exemplificativa do elenco do art. 30, I .....	317
14.5.3	A comprovação da exclusividade .....	318
14.6	A questão dos serviços técnicos profissionais especializados.....	318
14.6.1	A aplicabilidade do conceito desenvolvido em face da Lei 8.666/1993.....	318
14.6.2	A questão do elenco de serviços técnicos profissionais especializados .....	318
14.6.3	A questão do objeto singular.....	319
14.6.4	A questão da necessidade de notória especialização .....	320
14.6.5	O conceito de notória especialização .....	320
14.6.6	A aplicação da solução prevista no art. 13, § 3.º, da Lei 8.666/1993.....	321
15.	Os requisitos e formalidades para a contratação sem licitação .....	321
15.1	Ainda o postulado essencial: contratação vantajosa .....	321
15.2	A diferenciação entre as hipóteses de contratação sem licitação.....	321
15.3	O procedimento prévio necessário .....	322
15.3.1	Ainda a exigência da fase interna e do planejamento.....	322
15.3.2	A comprovação dos pressupostos exigidos para contratação direta.....	322
15.3.3	A modelagem da contratação apropriada .....	322
15.3.4	A identificação do particular a ser contratado.....	323
15.3.5	O tratamento isonômico aos possíveis interessados.....	323
15.3.6	A questão do preço vantajoso.....	324
15.3.7	A vedação a preço abusivo.....	324
15.3.8	A documentação de todas as circunstâncias relevantes.....	324
16.	A questão da responsabilização solidária dos envolvidos .....	325
17.	Referências bibliográficas .....	325
	<b>Processo licitatório das empresas estatais: finalidades, princípios e disposições gerais – CESAR A. GUIMARÃES PEREIRA.....</b>	<b>327</b>
1.	Introdução .....	327
2.	Âmbito da Lei 13.303/2016 (Lei das Empresas Estatais) .....	328

3.	A Emenda Constitucional 19, de 1998.....	330
4.	A lei prevista no art. 173, § 1º, da Constituição Federal.....	330
5.	As empresas estatais e seu dever de licitar.....	331
6.	Instrumentos para atuação das empresas estatais: regime licitatório próprio... ..	333
7.	A discussão acerca da “atividade-fim”.....	334
8.	A “atividade-fim” e os serviços públicos em regime competitivo.....	336
9.	Finalidades e princípios do processo licitatório.....	337
9.1	Inovações em face da Lei 8.666.....	337
9.2	Legalidade e tipificação de sanções.....	338
9.3	Economicidade e eficiência.....	338
9.4	Ciclo de vida do objeto e MEAT (Most Economically Advantageous Tender).....	338
9.5	Sobrepço e superfaturamento.....	339
9.6	Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.....	340
10.	Diretrizes do processo licitatório.....	341
10.1	Padronização.....	341
10.2	Maior vantagem competitiva.....	341
10.3	Parcelamento do objeto.....	342
10.4	Adoção preferencial do pregão para bens e serviços comuns.....	342
10.5	Ferramentas eletrônicas.....	342
10.6	Política de integridade com partes interessadas.....	342
10.7	Efeitos econômicos das diretrizes.....	343
10.8	Licitações e políticas públicas.....	343
11.	Orçamento sigiloso.....	343
12.	Pré-qualificação.....	350
13.	Sanções e impedimentos.....	350
14.	Prazos e publicidade.....	350
15.	Regulamentos próprios.....	350
16.	Referências bibliográficas.....	351
<b>A pré-qualificação de fornecedores e produtos na Lei das Estatais (13.303/2016)</b>		
– RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO.....		
1.	Introdução.....	353
2.	Aspectos gerais da pré-qualificação permanente na Lei 13.303/2016.....	354
3.	A pré-qualificação subjetiva.....	355
4.	A pré-qualificação objetiva.....	357

5. A determinação de publicidade e abertura permanente à inscrição dos interessados .....	358
6. A licitação restrita aos pré-qualificados.....	359
7. A pré-qualificação nos grupos ou segmentos.....	361
8. Pré-qualificação total ou parcial.....	361
9. O prazo de validade da pré-qualificação .....	362
10. A comprovação de qualidade de produtos .....	363
11. A publicidade da relação de produtos e fornecedores pré-qualificados .....	364

#### Regimes de execução indireta de obras e serviços para empresas estatais –

DANIEL SIQUEIRA BORDA .....	367
1. Introdução .....	367
2. Os regimes de contratação e execução indireta de obras e serviços.....	368
2.1 Os regimes de empreitada que já estavam previstos no RDC.....	369
2.1.1 Os regimes de acordo com a definição do preço do contrato .....	370
2.1.2 Os regimes de acordo com a extensão do resultado demandado pela empresa contratante.....	372
2.1.3 Contratação integrada: o regime que não demanda prévia elaboração de projetos técnicos para a licitação .....	373
2.1.3.1 O anteprojeto .....	374
2.1.3.2 O orçamento, a proposta e os critérios de julgamento na contratação integrada.....	376
2.2 A contratação semi-integrada .....	379
2.3 A escolha justificada do regime que será adotado pela estatal .....	382
3. A modelagem contratual: elaboração dos projetos básico e executivo e algumas notas sobre a matriz de risco.....	384
3.1 Responsabilidades decorrentes dos projetos básico e executivo .....	385
3.2 A necessidade de estabelecimento de uma matriz de risco bem definida .....	388
4. Ainda sobre a modelagem contratual: a remuneração variável .....	393
5. A possibilidade de contratação concorrente e simultânea.....	396
6. Considerações finais.....	397
7. Referências .....	398

#### Normas específicas para aquisição e alienação de bens pelas empresas estatais

– KARLIN OLBERTZ NIEBUHR e MARÇAL JUSTEN NETO .....	401
1. Pressupostos fundamentais .....	401
1.1 Os regimes de bens das estatais: bens públicos e bens privados .....	401
1.2 Delimitação de conceitos: aquisição e alienação .....	404
1.3 Delimitação do âmbito de incidência: a autonomia dos entes federados.....	406

2.	O planejamento das aquisições e alienações .....	407
3.	As normas específicas dos arts. 47 a 50 da Lei 13.303/2016.....	410
3.1	As normas específicas para aquisições.....	410
3.1.1	Marca ou modelo.....	411
3.1.2	Amostra .....	412
3.1.3	Certificação.....	413
3.1.4	Publicidade das aquisições .....	415
3.2	As normas específicas para a alienação de bens .....	415
4.	Considerações finais.....	417
5.	Referências bibliográficas.....	417
<b>A inclusão da variável ambiental no contexto da Lei 13.303/2016 – Homenagem ao princípio da prevenção – ROBERTA JARDIM DE MORAIS e RITA MARIA BORGES FRANCO .....</b>		<b>419</b>
1.	Breve Introdução – A Lei 13.303/2016 e a inclusão da variável ambiental nas licitações e contratos administrativos que envolvam as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias .....	419
2.	A gestão de riscos ambientais e o princípio da prevenção .....	422
3.	O Artigo 1º, § 7.º, VIII.....	428
3.1	Eventual Responsabilidade Civil da Sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública na qualidade de poluidora indireta.....	430
3.2	Eventual responsabilidade civil da sociedade de economia mista ou empresa pública na qualidade apenas de sócia investidora .....	432
4.	Os artigos 27, § 2.º e 47, III.....	433
5.	O artigo 32, §§ 1.º e 2.º .....	436
6.	Conclusão.....	439
7.	Bibliografia .....	440
<b>O procedimento da licitação da Lei 13.303/2016 – RICARDO DE PAULA FEIJÓ .....</b>		<b>443</b>
1.	Introdução .....	443
2.	Fases da licitação .....	443
3.	Fase interna e divulgação .....	444
4.	Apresentação de lances ou propostas e os modos de disputa.....	445
4.1	Modo aberto.....	446
4.2	Modo fechado .....	447
4.3	Combinação dos modos de disputa quando houver parcelamento do objeto.....	447
5.	Critérios de julgamento.....	448
6.	Verificação da efetividade das propostas .....	451

7. Negociação da proposta mais vantajosa .....	454
8. Habilitação.....	456
9. Fase recursal única .....	458
10. Adjudicação do objeto, homologação, revogação e anulação .....	459
11. Conclusão.....	461
12. Referências bibliográficas .....	461

**Os procedimentos auxiliares das licitações das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias – LUISA PASCHOALETO MARTIM e MAYARA**

RUSKI AUGUSTO SÁ .....	463
1. Considerações iniciais.....	463
2. Pré-qualificação permanente.....	464
3. Cadastramento .....	465
3.1 Definição.....	465
3.2 As características do cadastramento .....	465
3.3 Os requisitos de habilitação.....	466
3.3.1 Os requisitos de habilitação absolutos .....	466
3.3.2 Os requisitos de habilitação relativos .....	466
3.4 A peculiaridade da regularidade fiscal.....	467
3.5 Meios de cadastramento .....	467
3.6 Regime jurídico .....	467
4. Sistema de Registro de Preços .....	468
4.1. Considerações gerais .....	468
4.2 Ata de registro de preços .....	469
4.3 As vantagens do Sistema de Registro de Preços.....	470
4.3.1 A redução da burocracia: realização de licitação única .....	470
4.3.2 A possibilidade de contratação imediata .....	470
4.3.3 A conjugação de necessidades comuns .....	471
4.3.4 A variação de quantitativos .....	471
4.4. As desvantagens do Sistema de Registro de Preços .....	471
4.4.1 A perda da economia de escala.....	471
4.4.2 A obsolescência de dados.....	472
4.4.3 A ausência de adequação do objeto.....	472
4.4 A figura do “carona” .....	473
5. Catálogo Eletrônico de Padronização.....	474
5.1 Definição.....	474
5.2 Aplicabilidade.....	474

5.3	Tipos de padronização.....	474
5.3.1	A padronização de objetos.....	475
5.3.2	A padronização de documentos jurídicos .....	475
6.	Conclusão.....	476
<b>As regras aplicáveis aos contratos celebrados no âmbito do Estatuto das Empresas Estatais (Lei 13.303/2016) – GUILHERME A. VEZARO EIRAS.....</b>		<b>479</b>
1.	Introdução .....	479
2.	O regime jurídico aplicável aos contratos celebrados sob a égide da Lei 13.303/2016.....	481
3.	Cláusulas necessárias e essenciais aos contratos a serem celebrados.....	484
4.	A possibilidade de se exigir a apresentação de garantia por parte do Contratado .....	488
5.	As limitações previstas aos prazos contratuais.....	489
6.	A vinculação da alteração contratual à vontade de ambas as partes – Decorrência da aplicação do regime de direito privado às avenças .....	490
7.	O procedimento aplicável ao ato de convocação do licitante vencedor para assinar o termo de contrato .....	491
8.	A dispensa da redução a termo das avenças referentes a pequenas despesas e o direito de se obter cópia dos contratos celebrados pelas Empresas Estatais .....	492
9.	A responsabilidade objetiva do contratado pelos vícios verificados na execução do objeto contratual.....	493
10.	A responsabilidade pelos encargos decorrentes da execução do contrato ..	495
11.	A questão da subcontratação.....	496
12.	A previsão de descontos na remuneração nos casos em que não se atingir a meta proposta nas contratações por economia (remuneração variável) ..	497
13.	Direitos patrimoniais e autorais sobre serviços técnicos especializados .....	498
14.	Conclusão.....	499
15.	Referências bibliográficas.....	499
<b>Alteração dos contratos das empresas estatais – MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFÈVRE e FELIPE SCRIPES WLADECK.....</b>		<b>503</b>
1.	Introdução .....	503
2.	Aspectos gerais .....	503
2.1	O âmbito de abrangência da norma.....	504
2.2.	Alteração como direito e como dever .....	504
2.3.	Alteração por conveniência e por necessidade .....	505
3.	O caso da contratação integrada (art. 43, inc. VI) .....	505
4.	As hipóteses de alteração contratual .....	507

4.1	Modificação do projeto ou das especificações (inc. I) .....	507
4.2	Modificação do valor contratual (inc. II e § 4.º) .....	507
4.3	Substituição da garantia de execução (inc. III) .....	509
4.4	Modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento (inc. IV) .....	509
4.5	Modificação da forma de pagamento (inc. V) .....	510
4.6	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (inc. VI, §§ 5.º, 6.º e 8.º) .....	510
4.7	Posterior fixação dos preços unitários (§ 3.º).....	512
4.8	O reajustamento dos preços contratados (§ 7.º) .....	513
5.	Condições/requisitos para as alterações contratuais .....	514
5.1	Sobre a exigência de previsão contratual.....	514
5.2	Existência de acordo entre as partes.....	514
5.3	Obrigatoriedade do contrato e a necessidade de sua alteração.....	515
5.4	Devido processo administrativo .....	516
5.5	O dever de motivação .....	516
5.6	O respeito aos direitos subjetivos do contratado.....	517
5.7	Formalização por meio de aditivo contratual.....	517
6.	Limites para as modificações contratuais.....	517
6.1	Limites aplicáveis em relação às alterações quantitativas.....	517
6.1.1	A razão dos limites de 25% e 50% .....	518
6.1.2	Supressões resultantes de comum acordo .....	518
6.1.3	A “base de cálculo” dos limites percentuais .....	519
6.1.4	Impossibilidade de compensação entre acréscimos e supressões .....	520
6.1.5	A apuração do valor da alteração.....	521
6.1.6	Modificações quanto ao prazo e alterações quantitativas.....	522
6.2	Limites aplicáveis em relação às alterações qualitativas .....	522
7.	Considerações finais.....	523
8.	Referências bibliográficas .....	524
<b>Sanções administrativas na Lei das Empresas Estatais – CESAR A. GUIMARÃES PEREIRA.....</b>		<b>525</b>
1.	Introdução .....	525
2.	Âmbito da Lei 13.303/2016 (Lei das Empresas Estatais) .....	526
3.	Força obrigatória dos contratos e regime de direito privado .....	528
4.	Sistema sancionatório.....	529
5.	Conflito entre competitividade e repressão .....	529

6.	Princípios da ação sancionatória das estatais .....	532
6.1	Devido processo legal .....	532
6.2	Legalidade.....	533
6.3	Especificação (tipicidade).....	535
6.4	Culpabilidade (elemento subjetivo) .....	536
6.5	Personalismo .....	537
6.6	Proporcionalidade.....	541
6.7	Ausência de discricionariedade .....	542
7.	Decadência e prescrição .....	543
8.	Multas coercitiva, moratória e compensatória (cláusula penal).....	544
9.	Catálogo de sanções .....	546
10.	Âmbito de aplicação .....	546
11.	Gradação de penalidades.....	546
12.	Medida restritiva de suspensão: afastamento ou cessação por autossaneamento ( <i>self-cleaning</i> ) .....	546
13.	A distinção entre suspensão e inidoneidade.....	550
14.	Abrangência da suspensão do direito de licitar (art. 83, III).....	551
15.	A supressão da declaração de inidoneidade na Lei 13.303/2016 e a retroatividade da lei penal mais benéfica .....	553
16.	Exigência no edital de ausência de punição por outros entes políticos .....	558
17.	Cumulação de penalidades de afastamento.....	558
18.	Efeitos sobre contratos vigentes .....	559
19.	Ampliação das hipóteses de sancionamento .....	560
20.	Acordo de leniência.....	561
21.	Referências bibliográficas.....	563
	<b>Arbitragem nas empresas estatais – EDUARDO TALAMINI e DIEGO FRANZONI .....</b>	<b>565</b>
1.	Introdução .....	565
2.	O parágrafo único do art. 12 da Lei 13.303/2016: seu caráter não inovativo....	566
3.	Arbitragem e Administração Pública.....	567
3.1	“Disponibilidade” como pressuposto objetivo da arbitragem .....	569
3.1.1	“Indisponibilidade” como impossibilidade de renúncia ao direito material .....	569
3.1.2	“Indisponibilidade” como impossibilidade de submissão espontânea à razão alheia (indisponibilidade da intervenção judicial) .....	570
3.1.2.1	Excepcionalidade da hipótese.....	570
3.1.2.2	Sua não incidência, em regra, nas relações de direito público.....	571

3.1.3	Indisponibilidade do direito material versus indisponibilidade da pretensão à tutela jurisdicional estatal.....	572
3.1.4	O critério para a definição da disponibilidade relevante para a arbitrabilidade objetiva.....	573
3.1.5	O objeto e a eficácia processual da convenção arbitral.....	574
3.1.5.1	Ato de disposição de posições jurídico-processuais....	574
3.1.5.2	A convenção arbitral como negócio jurídico-processual.....	575
3.1.6	A disponibilidade da pretensão à tutela judicial como elemento relevante para a arbitrabilidade.....	577
3.1.7	O princípio geral da arbitrabilidade dos litígios do Poder Público.....	578
3.1.7.1	O critério de arbitrabilidade objetiva para a Administração Pública.....	579
3.1.7.2	Irrelevância da indisponibilidade dos bens públicos....	579
3.1.8	Manifestações doutrinárias específicas.....	580
3.2	Patrimonialidade das pretensões.....	581
3.3	A orientação jurisprudencial.....	582
3.4	Desnecessidade de prévia cláusula arbitral.....	583
3.5	Publicidade.....	583
3.6	Local da arbitragem.....	584
3.7	Arbitragem <i>ad hoc</i> ou institucional – A escolha da instituição arbitral e dos árbitros.....	584
3.8	Arbitragem de direito – Exclusão da equidade.....	585
4.	Arbitragem societária no âmbito das estatais (arbitragem interna).....	586
4.1	Arbitrabilidade subjetiva.....	586
4.2	Arbitrabilidade objetiva.....	587
4.3	Regras para introdução da convenção de arbitragem no estatuto (quórum qualificado e direito de recesso).....	589
4.4	Vinculação dos órgãos societários e de seus titulares à convenção de arbitragem.....	590
4.5	Assim, caso se pretenda vincular inequivocamente os administradores à convenção de arbitragem societária, recomenda-se que a questão seja tratada de forma explícita no estatuto ou no contrato social. Publicidade da arbitragem.....	590
4.6	Pluralidade de partes e tópicos de problematização.....	592
4.6.1	Apontamento dos árbitros.....	592
4.6.2	Intervenção de terceiros e reunião de processos.....	593

4.6.3 Arbitragem derivada de acordo de acionistas ou quotistas e a questão da participação da sociedade (legitimidade ativa e passiva) .....	594
4.6.4 Direitos individuais homogêneos de acionistas e sua compatibilização com a convenção de arbitragem estatutária .....	595
5. Possíveis vantagens do uso da arbitragem nas estatais.....	596

<b>Fiscalização interna pelo estado das empresas estatais com personalidade jurídica de direito privado – WILLIAM ROMERO .....</b>	<b>597</b>
1. Introdução .....	597
2. O controle interno exercido pelo Estado e sua relevância .....	597
3. As competências do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e da antiga CGU .....	599
4. As inovações trazidas pela Lei 13.303/2016.....	601
5. A questão das informações sigilosas.....	602
5.1 Os possíveis excessos derivados do acesso irrestrito a documentos sigilosos pelos órgãos de controle.....	602
5.2 O histórico recente de má gestão das empresas como subsídio para a inserção de mecanismos de controle sobre dados sigilosos.....	603
6. Os mecanismos de controle implementados e sua potencial influência na gestão das empresas.....	604
7. Conclusão.....	605
8. Referências bibliográficas.....	606

<b>Fiscalização das empresas estatais pelo Tribunal de Contas – JULIANE ERTHAL DE CARVALHO e CAMILA BATISTA RODRIGUES COSTA .....</b>	<b>607</b>
1. Introdução .....	607
2. O controle externo das empresas estatais.....	608
3. Os parâmetros de controle externo delimitados pela Lei 13.303/2016.....	609
4. A abrangência do controle externo .....	610
5. A divulgação dos dados das empresas estatais .....	613
5.1 O sigilo das informações.....	615
5.2 O acesso irrestrito aos documentos sigilosos .....	616
5.2.1 O entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União .....	619
6. A responsabilização dos servidores pela divulgação de informações sigilosas.....	621
7. Conclusão.....	624
8. Referências bibliográficas.....	624

<b>Fiscalização das empresas estatais pela sociedade – VÍCTOR HUGO PAVONI VANELLI....</b>	<b>627</b>
1. Introdução .....	627
2. A finalidade das empresas públicas e sociedades de economia mista .....	628
3. Patrimônio público e controle externo da atuação estatal .....	630
4. O papel da Sociedade no controle das empresas estatais .....	632
5. O papel individual do cidadão (como integrante e representante da Sociedade) no controle das empresas estatais.....	633
5.1 A representação como instrumento de controle.....	634
5.2 Provocação individual do Judiciário para o exercício do controle: a ação popular .....	635
5.3 Conclusão ao tópico .....	637
6. A necessidade de se relativizar o controle externo sobre as empresas estatais .....	637
7. Conclusão.....	639
8. Referências .....	640